

TRÊS OLHARES SOBRE O REFLORESTAMENTO: A PERCEPÇÃO DE ATORES SOCIAIS SOBRE A MONOCULTURA DE EUCALIPTO NO ALTO JEQUITINHONHA, MG*

Insights into reforestation: the perception of social actors on eucalyptus monoculture in the Alto Jequitinhonha, MG

Juliana Sena Calixto¹, Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro²

RESUMO

O Alto Jequitinhonha, região mineira marcada por fortes contrastes paisagísticos - que vão das íngremes grotas até as planas chapadas -, por sua cultura típica e estigma de baixo dinamismo econômico, foi alvo de uma ambiciosa política de crescimento econômico do regime militar, balizada na introdução da monocultura de eucalipto em larga escala na década de 1970. Tal política criou, entre outros impactos, uma tensão entre os setores da sociedade beneficiados diretamente por ela - principalmente empresas siderúrgicas e reflorestadoras - e um setor da sociedade que se considerou excluído - as comunidades de agricultores familiares tradicionais da região. Partindo dessa realidade, neste trabalho objetivou-se analisar os impactos da introdução do plantio de eucalipto, em larga escala, na região do Alto Jequitinhonha na década de 1970, a partir de depoimentos dos diversos atores locais, articulados com literatura disponível sobre o tema. O trabalho está estruturado em uma introdução, uma breve contextualização teórica do processo de ocupação da região pelo reflorestamento em larga escala, nos procedimentos metodológicos e na apresentação e análise dos posicionamentos dos atores sociais sobre a monocultura de eucalipto no Alto Jequitinhonha, considerados primordiais para se entender os impactos da política de incentivos fiscais, seus reflexos atuais na economia regional e visualizar propostas de políticas públicas, para o desenvolvimento da região.

Palavras-chave: reflorestamento, pesquisa qualitativa, Alto Jequitinhonha.

ABSTRACT

This work aims to analyze the impacts of the large scale eucalyptus plantation introduction into the areas of Alto Jequitinhonha in the decade of 1970, starting from the several local actors' depositions, articulated with available literature on the theme. The work is structured in an introduction, a brief on the theoretical composition of the area occupation process for reforestation in the wide climbs, in the methodological procedures and in the presentation and analysis of the social actors' positioning of the eucalyptus monoculture in Alto Jequitinhonha, considered primordial to understand the impacts of the tax incentives policies, their current reflexes in the regional economy and to visualize proposals of public policies for the development of the area.

Key words: reforestation, qualitative research, Alto Jequitinhonha.

1 INTRODUÇÃO

Quem visita a região do Alto Jequitinhonha, a nordeste do estado de Minas Gerais, surpreende-se ao deparar com extensões de terras planas, ocupadas por maciços de eucaliptos retilíneos que contrastam com a vegetação tortuosa de cerrado nativo. Salta aos olhos do viajante a transição rápida de áreas biodiversas para áreas uniformes de eucalipto.

Esses eucaliptais são o resultado de uma política de desenvolvimento delineada pelo regime militar na década de 1970, que tinha como objetivo central abastecer de

carvão vegetal a indústria siderúrgica e fornecer matéria-prima para a nascente indústria de celulose, num programa de incentivos fiscais ao reflorestamento.

O incentivo ao reflorestamento no Alto Jequitinhonha se justificava também por levar o desenvolvimento a uma região que, desde os anos 1960, era tida como uma “região problema”, um “bolsão de pobreza” que as empresas reflorestadoras tinham a missão de tornar desenvolvida, gerando emprego para a população ocupada basicamente na agricultura de subsistência, considerada de baixo dinamismo econômico, incapaz de alavancar o crescimento do país. Vultosas quantias foram

* Os autores agradecem a colaboração de Flávia Maria Galizoni, antropóloga e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers - NPPJ - <http://www.nucleoestudo.ufla.br/nppj> - e de Renato Luiz Grisi Macedo, professor do Departamento de Ciências Florestais da Universidade Federal de Lavras.

¹ Engenheira Florestal e Mestre em Administração (UFLA). Membro do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers - NPPJ - Departamento de Administração e Economia/Universidade Federal de Lavras, Caixa Postal 3037, Lavras/MG - CEP: 37200-000 - Analista Ambiental da Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Sul de Minas - juliana.calixto@yahoo.com.br

² Economista (UFMG), Mestre e Dr. em História (UNICAMP). Professor Associado do Departamento de Administração e Economia/Universidade Federal de Lavras e coordenador do NPPJ - DAE/UFLA, Caixa Postal 3037, Lavras/MG - CEP: 37200-000 - eduardomr@ufla.br

Recebido em 06/04/2006 e aprovado em 10/12/2007

investidas nos programas de reflorestamento, por meio, principalmente, de incentivos fiscais e apoio creditício às grandes empresas.

Tal política criou, entre outros impactos, uma tensão entre os setores da sociedade beneficiados diretamente por ela – principalmente as empresas siderúrgicas e reflorestadoras – e o setor da sociedade que se considerou excluído – as comunidades de agricultores familiares tradicionais da região. Objetivou-se, neste trabalho analisar os impactos da introdução do plantio de eucalipto, em larga escala, na região do Alto Jequitinhonha na década de 1970, a partir de depoimentos dos diversos atores locais, articulados com literatura disponível sobre o tema. O trabalho está estruturado em uma introdução, uma breve contextualização teórica do processo de ocupação da região pelo reflorestamento em larga escala, nos procedimentos metodológicos e na apresentação e análise dos posicionamentos dos atores sociais sobre a monocultura de eucalipto no Alto Jequitinhonha, considerados primordiais para se entender os impactos da política de incentivos fiscais, seus reflexos atuais na economia regional e visualizar propostas de políticas públicas para o desenvolvimento da região.

2 AS TERRAS PARA O EUCALIPTO

A introdução do cultivo de eucalipto na região do Alto Jequitinhonha foi favorecida pela política de incentivos fiscais ao reflorestamento dos governos militares. A política de incentivos fiscais, grosso modo, concedia a pessoas físicas e jurídicas descontos de até 50% no imposto de renda, se tal quantia fosse aplicada em projetos de reflorestamento próprios ou de terceiros. Essa medida insuflou os investidores, já que as pessoas jurídicas podiam abater as quantias dos impostos antes mesmo de executarem seus projetos e as pessoas físicas podiam ter acesso a empréstimos para realizarem os investimentos (CALIXTO, 2002).

Minas Gerais foi o estado onde essa política foi mais expressiva, já que boa parte dos reflorestamentos deveria ser para a produção de carvão vegetal visando ao abastecimento da indústria siderúrgica nacional, e era justamente em Minas que se encontrava a maior parte dessas indústrias, fazendo com que também o governo do estado criasse medidas para incentivar o reflorestamento. Uma dessas medidas foi a criação dos Distritos Florestais, regiões prioritárias para o reflorestamento. As áreas definidas pelo governo como prioritárias para esse fim no estado foram: o Triângulo Mineiro, o Centro-Oeste, os vales dos rios Doce, São Francisco e Jequitinhonha (IEF, 1975).

Uma das justificativas para definir o Vale do Jequitinhonha como Distrito Florestal foi o objetivo de integrá-lo ao padrão de crescimento econômico de Minas Gerais, com programas que pretendiam acelerar “o incremento da renda e do emprego, através do incentivo, da coordenação e do planejamento para melhor aproveitamento da área” (IEF, 1975, p. 25).

As terras onde se instalaram as reflorestadoras (no ano do projeto do IEF 18 empresas estavam em fase de instalação) foram consideradas devolutas, pertenciam ao Estado. A aptidão agrícola das terras também era considerada baixa, imprópria para a agricultura, sendo “*mais aconselháveis a projetos florestais*”.

A criação desse Distrito estava também ligada aos objetivos do governo de Minas Gerais de resolver os problemas do Vale, tido, desde aquela época, como “bolsão de pobreza”, “vale da miséria” e “região-problema”. O Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha, na realidade, se reduziu quase somente à região desse estudo, que se convencionou denominar Alto Jequitinhonha, pois a denominação Vale do Jequitinhonha é muito ampla, abrangendo regiões de características históricas, ambientais e econômicas bastante distintas. A região desse estudo vai desde a nascente do rio que a nomeia, no Serro, até a foz do rio Araçuaí.

2.1 O rural do Alto Jequitinhonha

O setor rural do Alto Jequitinhonha se caracteriza pela presença marcante de pequenas unidades de produção, onde predominam o trabalho e a gestão da família. Esses sítios se localizam ao longo das grotas, as partes do relevo próximas às margens dos rios, apresentando solos mais férteis, propícios para a agricultura desenvolvida por esses agricultores, que requer poucos insumos externos. Pode-se dizer que as grotas se opõem e, ao mesmo tempo, complementam as chapadas, que são áreas altas, planas e de baixa fertilidade, mas, por sua vez, ricas em recursos naturais³.

Esses agricultores produzem com extrema dependência da natureza. As grotas são áreas de cultivo de mantimento, de onde sai o sustento da família e produtos para comercialização que, na maioria das vezes, é feita nas feiras municipais da região. Nas chapadas, os agricultores extraem recursos naturais, como madeira para construção

³ Sobre a região do Alto Jequitinhonha ver os estudos de Galizoni (2000), Graziano (1986), Moura (1988) e Ribeiro et al. (2003).

e lenha, plantas medicinais e frutos para o complemento da dieta e da economia familiar⁴.

Na complementaridade do complexo grota-chapada se percebe a descontinuidade de áreas produtivas. É diferente da distribuição produtiva do agronegócio no espaço, que cultiva intensivamente áreas contínuas, e molda o ambiente à sua vontade. A agricultura tradicional do Jequitinhonha ajusta as suas atividades à disponibilidade da natureza, utilizando técnicas de cultivo baseadas no conhecimento refinado que desenvolveram da natureza da região.

Até os anos 1970, as chapadas eram das comunidades rurais, que tinham direito de uso em comum sobre seus recursos, ao passo que as grotas eram partilhadas para uso privativo da família que nelas trabalhava; era uma terra comum, da qual todos os membros de uma comunidade podiam extrair os recursos necessários. Era também nas chapadas que os moradores criavam animais no regime de solta, engordavam gado com capim nativo, soltavam os animais de trabalho, como cavalos e burros. A chapada era, ao mesmo tempo, de ninguém e de todo mundo⁵, uma terra “coletiva, costumeira e indivisa”, como descreveu Moura (1988).

Essas comunidades exerciam uma regulação dos recursos naturais disponíveis nas chapadas. Foi justamente esse uso comunitário que garantiu a conservação dos recursos naturais desses ambientes até os idos de 1970. Mas essa gestão comunitária dos recursos era considerada pelos formuladores de políticas públicas como ausência de ocupação e uso. E, como era priorizado o uso intensivo dessas terras, as políticas governamentais de desenvolvimento nos anos 1970 estimularam sua privatização: foram consideradas devolutas, cedidas para implantação de reflorestamentos de eucalipto⁶.

⁴ Angulo (2002) realizou um estudo sobre as feiras municipais do Alto Jequitinhonha, mostrando a diversidade de produtos que elas fornecem para a população urbana e o dinamismo que conferem à economia das famílias dos agricultores familiares.

⁵ Alusão à referência de Thompson (1998, p. 132) sobre a terra dos *commoners* ingleses: “A terra pertencia em geral a todo mundo, mas em particular a ninguém”.

⁶ Sobre o uso de recursos naturais e modo de vida e produção dos agricultores da região, consultar Calixto (2002), Freire (2001), Noronha (2003), Reis (2000) e Ribeiro (2003). Sobre as condições de vida da população do Alto Jequitinhonha antes da ocupação das chapadas, ver Graziano (1986) e Moura (1988).

Essa privatização trouxe conseqüências, como danos ambientais - homogeneização do ambiente, queda da biodiversidade do Cerrado, destruição de habitats para a fauna, pressão sobre os recursos hídricos - e expropriação parcial dos lavradores da região, que não puderam mais contar com as áreas de chapada para complementar sua renda e dieta.

De acordo com Acseirad (2005, p. 8), são os desacordos no interior de atividades locais que geram os conflitos ambientais, que ocorrem quando a lógica do uso que chega se choca com a lógica do uso consolidado no local, quando “a continuidade de um tipo de ocupação do território vê-se ameaçada pela maneira como outras atividades, espacialmente conexas, são desenvolvidas”. Foi justamente o que ocorreu no Alto Jequitinhonha, quando a lógica do reflorestamento intensivo se sobrepôs, nas chapadas, à lógica de uso em comum das comunidades rurais.

3 METODOLOGIA

A pesquisa de campo foi feita por meio de entrevistas semi-estruturadas (BOGDAN & BIKLEN, 1994), tentando resgatar os discursos dos entrevistados sobre o processo de ocupação das terras do Alto Jequitinhonha pela eucaliptocultura. Foram construídos roteiros específicos para cada setor da sociedade (setor público, empresas reflorestadoras e organizações da sociedade civil), buscando conhecer o posicionamento dos atores sociais sobre os impactos do reflorestamento na região, possíveis conflitos relacionados à atividade reflorestadora e o relacionamento das empresas reflorestadoras com os demais setores da sociedade, já que a atividade de reflorestamento é significativa em ocupação e uso das terras nos municípios pesquisados.

Procurou-se selecionar para as entrevistas indivíduos denominados por Spink (1995) de “sujeitos genéricos”, que, de acordo com a autora, se bem contextualizados, têm o poder de representar o grupo no indivíduo. Foram entrevistados gestores das empresas reflorestadoras, líderes sindicais e comunitários, representantes de organizações não governamentais, secretários municipais e funcionários públicos estaduais ligados à atividade florestal.

Procurou-se também complementar, sempre que possível, os dados obtidos nas entrevistas com informações existentes na literatura sobre o tema, partindo do princípio de que “a coleta de dados exige longas entrevistas semi-estruturadas acopladas a levantamentos paralelos sobre o contexto social e sobre os contextos

históricos que informam os indivíduos enquanto sujeitos sociais” (SPINK, 1995, p. 129).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Três olhares sobre o reflorestamento

Os relatos sobre a ocupação das chapadas do Jequitinhonha pelo reflorestamento se diferenciam de acordo com o grupo que o entrevistado representa. De maneira geral, os representantes das reflorestadoras reforçam os aspectos positivos da atividade, encabeçados pela geração de empregos; os líderes sindicais e comunitários dão enfoque aos aspectos negativos, como a degradação ambiental; os representantes do poder público têm um discurso mais oscilante, que vai desde categóricas afirmações de que o eucalipto foi propulsor de desenvolvimento do Vale, até questionamentos sobre se ele realmente seria a melhor opção de desenvolvimento para a região, que continua com o estigma de região economicamente estagnada. Conhecer essa diversidade de posicionamentos nos permite vislumbrar as diversas facetas que o reflorestamento assume na região.

Procurou-se, de início, contextualizar a época da introdução do cultivo nas chapadas, como forma de situar o leitor, a partir da perspectiva de atores locais.

4.2 “A chegada do estranho”⁷

A chegada das empresas reflorestadoras na região do Alto Jequitinhonha aconteceu em meados da década de 1970. As primeiras empresas a se instalar foram a Projetos Carvalho (atual Ferroeste), Floresta Minas (da Cia. Suzano Papel e Celulose), Florestal Acesita (atual Acesita Energética) e a CAF Santa Bárbara, além de pequenas empreiteiras. Atraídas pelos incentivos fiscais, pelas condições das terras e pelas facilidades de aquisição concedidas pelo governo, empresas de grande porte escolheram a região para seus projetos de reflorestamento⁸.

A população do Alto Jequitinhonha se surpreendeu, num misto de entusiasmo e preocupação, sem muito conhecimento do que estava acontecendo. A

população ficava entusiasmada pelos benefícios que eram prometidos e preocupada em relação ao futuro, já que as empresas se instalaram sem que houvesse qualquer esclarecimento sobre seus objetivos, reflexos de uma política governamental delineada e colocada em prática sem a participação da população.

Segundo o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Turmalina, “a chegada das empresas foi uma revolução”. Houve mudanças nas formas de uso e distribuição da terra, na ocupação da mão-de-obra no meio rural da região e, principalmente, na paisagem natural.

De acordo com a maioria dos entrevistados, toda essa transformação seria justificada com geração de emprego e desenvolvimento para a região. De fato, durante a instalação das empresas, esse aspecto foi significativo, e trazia para a região dois fatores até então distantes da realidade daquelas pessoas: salário e carteira assinada. Essa novidade fez com que muitos trabalhadores rurais se encantassem com a proposta e deixassem suas terras para morar na zona urbana e trabalhar “fichado” nas firmas⁹.

“(...) Foi um momento onde muitas pessoas largaram de suas propriedades (...) Deixou sua propriedade pra poder trabalhar na empresa, porque, na verdade, o salário naquela época era um salário que, de certa forma, valia. Você trabalhava, você conseguia adquirir alguma coisa com o salário. E até porque a gente não conhecia salário, aqui ninguém conhecia salário. Então foi um momento que revolucionou, no sentido de todo mundo achar que era isso mesmo, que tinha que expandir esse plantio, que quanto mais empresa chegasse era melhor” (J. A., representante de ONG ligada aos agricultores familiares).

O processo de aquisição de terras pelas empresas reflorestadoras na região foi conflitivo, pois as empresas queriam as áreas planas de chapada para instalar seus plantios e, como relatado anteriormente, essas áreas não eram de propriedade exclusiva de ninguém. Então, a maioria dos moradores das comunidades rurais não possuía

⁷ Alusão ao texto de José de Souza Martins, que analisa o impacto de grandes projetos econômicos na vida das populações indígenas e camponesas da Amazônia.

⁸ Na época, um hectare de terra era adquirido por US\$ 38,03, segundo um documento da CAF (1995). Na fala de um entrevistado, “um hectare de terra valia pouco mais que uma carga de rapadura, uns cinquenta contos...”

⁹ Calixto (2002) analisa a geração de emprego pelas empresas reflorestadoras. Segundo dados da autora, a ocupação gerada pela atividade apresentou um pico nos anos de implantação da cultura (1974 a 1976), onde chegou a empregar 4.000 pessoas permanentemente, e atualmente, com a mecanização intensiva, ocupa apenas um quarto desse contingente.

documentação das chapadas, que eram áreas coletivas, de usufruto de toda a comunidade.

Em seu trabalho, Graziano (1986) apresentou relatos sobre a utilização das áreas de chapada pelos moradores da região, antes da ocupação pela monocultura:

A chapada aqui era uma área assim, que o povo usava muitas vezes pra soltar criação à vontade. Todo mundo. Dizia na larga. Soltou na larga. Que o negócio vivia em comum. Quer dizer, todo mundo soltava suas criação ali dentro, (...) que aquilo não tinha fim não, sabe como é que é (GRAZIANO, 1986, p. 61).

Relatos semelhantes ainda podem ser ouvidos, tanto da forma como as chapadas eram utilizadas pela população local, e também como foram ocupadas pelas empresas reflorestadoras.

“Essas terras, na verdade, era terra de todos, todos utilizavam essas terras. Na verdade, era animais, era mesmo o local de você pegar frutos do cerrado. Então, era uma área que todo mundo tinha domínio, dominava assim: ninguém tinha, ninguém se limitava, “isso aqui é meu, isso aqui é de fulano”, não. Então, todo mundo usava. Mas aí quando chegou essa influência do eucalipto, a empresa chegou, na verdade ela chegou e falou ‘bom, vai vir empresa pra cá, e ela vai trazer, gerar emprego pra região. E depois é o seguinte: essas são chapadas que tão aí que não valem nada, são terras improdutivas, que ninguém cultiva nada nelas... Então, é uma forma de vim aí a empresa, o plantio de eucalipto, eucalipto desenvolve bem nessa chapada...’. E aí, o que acontece? Naquela hora, você fica na expectativa, todo mundo fica com aquela expectativa que a coisa vai evoluir, que vai desenvolver, que vai trazer riqueza... E aí, eu acho que todo mundo embarcou”(J. A., representante de ONG ligada aos agricultores familiares).

Os que possuíam algum tipo de documento dessas áreas foram convencidos a vendê-las, sob dois argumentos: o primeiro, de que aquelas terras estavam sem uso e que o reflorestamento iria utilizá-las para gerar riquezas para a região; aqueles que resistiam eram coagidos a vender com base no argumento de que era um projeto apoiado pelo governo (e a empresa de maior porte a se instalar na região – a Acesita – era estatal) e que, se eles não vendessem as terras o governo iria tomá-las. Segundo uma sindicalista:

“(...) Meus pais mesmo foram obrigados a vender as terras deles, porque eles ameaçaram que iam tomar. Pra não tomar, eles deu as terras de graça. (...) Aí, eles ficou desesperado, eles tinham documento pra provar que eles podiam permanecer lá. Mas, como eles chegou falando ‘a Acesita lá invém, tomando a terra de todo mundo, você vai ter que vender’ Então, deram de graça. Deram uma mixaria pra eles, e aí todo mundo saiu, já comprou outra coisa. (...) Eles tinham comprovado que o pai era dono, mas eles ficou com medo da Acesita, que já chegou fazendo picada pra tudo quanto é lado, eles falou ‘então em vez de nós ser expulso é melhor comprar outra terra’. Porque dava pra comprar, que dava pra comprar, o dinheiro dava pra comprar em outro lugar... E deixou lá, ficou abandonado com a ameaça da Acesita” (R. M., STR Minas Novas).

Terras foram adquiridas por atravessadores locais - que se valiam da pouca informação nas comunidades - a preços irrisórios e depois revendidas para as empresas por quantias bem maiores¹⁰. Um dos entrevistados afirma que, muitas vezes, os atravessadores compraram a assinatura dos moradores das comunidades rurais, que documentos foram criados com descrição arbitrária de uma área e que os moradores apenas assinavam. Outra parte das terras foi cedida pelo governo mineiro, em regime de comodato ou arrendamento, por prazos que variavam entre vinte e trinta anos de uso¹¹.

Os moradores que se recusavam, de toda forma, a vender suas terras acabavam cercados pelas ações das empresas, que faziam de tudo para adquirir as terras:

Eles compravam as terras do lado, iam cercando o sujeito. Plantava eucalipto e cercavam a área. Eles queriam terra plana. Passavam com o trator nas terras do sujeito que não queria vender, e aí iam destruindo tudo. Foi o jeito de forçar a venda. Vendia pelo preço que eles queriam... ninguém entendia de valor de terra (SILVA, 1996, p. 52).

A chegada das empresas reflorestadoras mudou a estrutura fundiária e produtiva dos municípios do Alto Jequitinhonha onde se instalaram. Ocorreu uma maior

¹⁰ Graziano (1986) afirma que muitas terras foram também griladas e vendidas às empresas.

¹¹ Muitos desses contratos venceram no ano de 2004; algumas empresas adquiriram definitivamente as terras através de compra, e outras, como é o caso da Cia. Suzano, renovaram seus contratos por mais 18 anos.

formalização do emprego, pagamento de salários, houve um aumento na taxa de urbanização dos municípios, uma certa dinamização da economia das cidades, além de ter provocado uma alteração substancial na paisagem e, segundo agricultores e ambientalistas, uma alteração negativa no regime hídrico da região¹².

As empresas justificam suas ações com a geração de empregos, e é também o principal benefício apontado por todos os entrevistados. É unânime. Porém, o posicionamento sobre a relação custo/benefício dessa geração de empregos é bastante diferente. Para o setor público e para as próprias empresas, que encaram o reflorestamento como a melhor – e algumas vezes a única – forma de geração de emprego e renda na região, os impactos negativos causados pelas atividades das reflorestadoras são apenas conseqüências de um processo produtivo. Seria um mal necessário. Para os representantes da sociedade civil esses empregos, que atualmente são em número bastante reduzido, não justificam todo o dano ambiental e social causado.

4.3 O setor público

Os representantes do setor público municipal entrevistados emitem opiniões bem semelhantes entre si em relação à influência das atividades de reflorestamento em seus municípios. Na maioria dos casos, são favoráveis às ações das empresas. A vocação florestal do Alto Jequitinhonha, apregoada desde a década de 1970, está presente nas falas: afirmam que as chapadas não poderiam ter outro uso senão o reflorestamento intensivo, e que a produção da agricultura familiar da região é inexpressiva em relação à geração de emprego e renda do reflorestamento. Mas, não sabem dimensionar a expressão quantitativa desses empregos, ignoram o número de pessoas ocupadas nas empresas em seus municípios, mas afirmam que é a atividade que mais emprega na região.

Ao mesmo tempo, alguns deles questionam se não teria sido melhor ocupar as chapadas com outro tipo de cultura agrícola; comparam com regiões que se desenvolveram com base na agricultura intensiva e que se encontram em condições mais favoráveis que o Alto Jequitinhonha. Questionam, também, a sustentabilidade econômica da monocultura de eucalipto para a região:

¹² Mendes (2006) realizou estudo sobre a série histórica da vazão de rios na região influenciados pelo plantio de eucalipto em suas áreas de recarga, concluindo que houve diminuição significativa dessas vazões após a introdução da monocultura de eucalipto na região.

“Na realidade, quando foi implantado esse projeto de reflorestamento, isso foi um projeto que deveria ter visado não só o reflorestamento, mas o desenvolvimento agrícola. Porque se nós olharmos hoje, nessa chapada aonde que existe o eucalipto, se tivesse tido outra cultura seria hoje muito melhor para o município, para o vale do Jequitinhonha e para os seus moradores (...). Hoje, se você olhar, nós temos uma monocultura, e toda monocultura ela não é boa, ela não é satisfatória, traz conseqüências. Então não é só o eucalipto: seja a cana, seja o café, outra atividade agrícola que seja monocultura, ela não é importante, ela traz conseqüências, problemas... Então eu acho que foi uma política implantada de cima para baixo, sem ouvir as pessoas. Mas na realidade, se implanta uma outra atividade paralela ao reflorestamento de eucalipto, hoje eu acho que todos os municípios estariam muito mais bem servidos. (...) não teria que ter incentivado só o reflorestamento, tinha que ter incentivado a agricultura, não tinha que ter ficado preso só em uma questão, só no eucalipto, que quando o carvão, o aço tá em alta tem produção, quando tá ruim, tem desemprego, então você fica muito preso só numa atividade. E aí fica, quando o dólar tá mais baixo importa o tal do coque, aí o pessoal aqui fica olhando o eucalipto lá no mato, não vai comer eucalipto... Então é complicado só a monocultura. Acho que deveria ter incentivado outras questões também” (R. R. C., secretário municipal).

Acreditam que o reflorestamento é importante para a geração de emprego na região, mas não o suficiente para absorver todo o contingente de mão-de-obra desocupada. Um secretário municipal ilustra a situação da ocupação no alto Jequitinhonha:

“(...) uma (vantagem do reflorestamento) é geração de emprego, que nós não temos outra atividade aqui que gera emprego, aqui em Minas Novas. Temos aqui uma cerâmica, que deve gerar vinte empregos, mais agricultura de subsistência... E quem é o maior empregador de Minas Novas, depois do INSS, é a usina de açúcar de São Paulo, Mato Grosso... É quem mais emprega aqui. Só pra você ter idéia, eles levaram cinco mil duzentos e oitenta pessoas cadastradas no Ministério do Trabalho aqui, feito todos os exames aqui. Levaram cinco mil duzentos e oitenta trabalhadores...” (C. A. E., prefeitura de Minas Novas).

Os representantes do setor público entrevistados consideram que a agricultura familiar, embora seja a principal

atividade produtiva na região, não tem condições de ocupar a mão-de-obra abundante disponível, produz apenas para a subsistência e só se sustenta financeiramente através da migração sazonal.

Nas entrevistas com os representantes do setor público estadual ligado ao reflorestamento pode-se perceber o desconhecimento sobre as atividades das grandes empresas reflorestadoras na microrregião. Os funcionários do Instituto Estadual de Florestas, responsável pelo licenciamento e fiscalização da atividade de reflorestamento, chegam a reclamar que os processos de licenciamento das grandes empresas ocorrem em instâncias superiores, no caso em Belo Horizonte, e não chegam às autoridades locais, que desconhecem a real situação legal das empresas. “As empresas grandes fazem tudo por cima”, disse um dos entrevistados. Pôde-se também perceber por parte do poder público uma ação bastante reativa em relação às empresas reflorestadoras.

4.4 As empresas reflorestadoras

As principais empresas que atuam na região são a Acesita Energética, a CAF Santa Bárbara e a Suzano Papel e Celulose¹³. Juntas, ocupam mais de 200.000 hectares de terras na MRH de Capelinha¹⁴ (13 % da área total da microrregião e 28 % da área rural). Além dessas três empresas, também atuam no Alto Jequitinhonha a SADA Bioenergética, a Ferroeste, a CBI, a LIASA (Ligas de Alumínio S/A), que desenvolve atividades em áreas de propriedade da Suzano por meio de um “Compromisso particular de venda e compra de madeira em pé”, além de pequenas empreiteiras que prestam atividades terceirizadas para as empresas maiores¹⁵. É, também, uma realidade na região, embora mais recente, o reflorestamento em pequenas e médias unidades de produção por meio de programas de fomento florestal.

¹³ A Cia. Suzano, especializada na produção de papel e celulose em outras regiões, utiliza suas terras no Alto Jequitinhonha apenas para a produção de carvão. Essa atividade é terceirizada, e a empresa foi condenada numa ação de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego no ano de 2002 (BRASIL, 2002a).

¹⁴ Microrregião Homogênea - Unidade de análise utilizada pelo IBGE, que serviu de recorte para esta pesquisa. A MRH de Capelinha engloba os municípios de Berilo, Capelinha, Carbonita, Chapada do Norte, Francisco Badaró, Itamarandiba, Minas Novas e Turmalina. Foram entrevistados representantes dos municípios de Capelinha, Carbonita, Itamarandiba, Minas Novas e Turmalina, onde o reflorestamento é mais expressivo, ocupando mais de 10% da área rural.

Além do reflorestamento para a produção de carvão, alguns municípios contam com empresas fornecedoras de madeira tratada, essências florestais e, no caso específico do município de Turmalina, existe um pólo moveleiro, com cerca de vinte pequenas serrarias. Tais atividades ainda são incipientes, mas apresentam potencial de gerar mais empregos que o reflorestamento para carvão.

Foram estudadas apenas as empresas maiores, também por serem elas a referência em reflorestamento na região. Nos relatos dos entrevistados, o reflorestamento é personificado nas grandes empresas, pioneiras na atividade e que exercem influência sobre empresas menores.

Na fala dos representantes das empresas, elas foram as redentoras da região, responsáveis por todas as melhorias que ocorreram, mesmo aquelas originadas de ação do poder público:

“Eu que tive a oportunidade de participar da chegada da Acesita... a diferença, o crescimento que teve, principalmente Itamarandiba e Capelinha, o crescimento da cidade, casas... eu não posso te falar qual era a população de Itamarandiba e qual era a de Capelinha, não lembro, mas era da gente chegar e ter só o Banco do Brasil na época, depois chegou Caixa Econômica... o crescimento foi grande, a gente que não tem uma foto de antes quando nós chegamos e hoje, a mudança que teve, mudança de você chegar no Jequitinhonha e você não ter luz, não tinha telefone, não tinha televisão, não tinha estrada, não tinha hotel, hoje já tem tudo isso dentro de Capelinha, Itamarandiba e Minas Novas... você deve ter ido lá você viu o movimento que a cidade tem com caminhão de carvão... então é uma vida, é um comércio que movimenta...” (A. S., representante da Acesita Energética)

Os impactos ambientais da atividade reflorestadora não são desconsiderados pelas empresas. Porém, muitas vezes a culpa da situação ambiental da região cai sobre os pequenos agricultores, já que as empresas desenvolvem programas de conservação ambiental e os agricultores, em razão do desconhecimento e produção desordenada (isso na fala dos entrevistados das empresas), destroem muito mais os recursos naturais:

¹⁵ Nesse tipo de contrato, a empresa proprietária das terras e das florestas cede à outra o direito de explorar a madeira por determinado período, e ela se responsabiliza por todas as ocorrências (trabalhistas, ambientais, jurídicas...) na área, durante a vigência do contrato (BRASIL, 2002b).

“É claro, toda monocultura é prejudicial, e principalmente com essa história do apagão florestal todo mundo quer plantar eucalipto, mas de forma desordenada, então eles não estão deixando margem de rio, mata ciliar essa coisa toda... então é esse que talvez seja o impacto, que as pessoas que vão plantar, os pequenos produtores vão trazer um impacto mais degradante pra natureza por falta de conhecimento...”
(O. G., representante da CAF).

As ações de gestão ambiental reduziram totalmente os impactos da atividade. Nos discursos é possível perceber uma necessidade de se afirmar a existência de uma mudança das ações ambientais através dos tempos:

“Você pode ter algum impacto ambiental num determinado momento? Pode sim, mas a empresa tem uma responsabilidade institucional muito maior, e às vezes até reparar, porque nós vivemos momentos, e teve momento que você tinha que fazer determinadas coisas porque era daquele jeito, mas as coisas vão mudando, o processo de evolução da consciência, das leis, a própria legislação vai mudando, a empresa se ajusta a isso mais facilmente pela sua postura ética, pelo nome, porque você não pode sujar o nome de uma empresa como a Acesita, tem um nome a zelar, a empresa cuida muito bem dessas questões éticas, dessas questões sociais...”
(A. S., representante da Acesita Energética).

Os representantes das reflorestadoras entrevistados reafirmam a importância socioeconômica da atividade para a microrregião. Para eles é a silvicultura do eucalipto que sustenta a economia dos municípios onde atuam. São importantes na geração de emprego, de circulação de renda e geração de impostos, além de desenvolverem ações de responsabilidade social para a melhoria da qualidade de vida da população local, com ênfase no apoio à educação e promoção de eventos culturais. Consideram também os municípios dependentes de suas atividades, impossibilitados de se sustentarem sem a presença das empresas.

“A gente pensa assim: Carbonita é muito dependente da CAF, tudo depende. Em 2000 a gente tava pra fechar porta, por causa do coque e tudo, então o que ocorreu? Carbonita parou. Todo mundo tava assim esperando...”
(O. G. representante da CAF)

Os representantes das empresas entrevistados afirmam não haver nenhuma forma de conflito entre as empresas e a sociedade local, é uma relação harmoniosa, tanto com os órgãos públicos, quanto com as organizações da sociedade civil e as comunidades do entorno de seus plantios.

4.5 Os sindicatos e as ONG's

O movimento sindical dos trabalhadores rurais do Alto Jequitinhonha (STRs), dos trabalhadores nas empresas reflorestadoras, e organizações de apoio aos agricultores familiares da região exercem pressão sobre as reflorestadoras para a regularização de suas atividades, mitigação de impactos negativos e interferência nas ações que reflitam diretamente sobre a população.

Eles enxergam outras possibilidades de uso da terra como potencialmente rentáveis e sustentáveis, como é o caso da agricultura familiar da região. Para os representantes de organizações da sociedade civil os custos ambientais e sociais do reflorestamento são muito elevados e os empregos gerados não são benefícios que justificam esses custos. Uma questão relevante é relacionada aos impactos ocorridos no meio rural e à forma como refletiram no sistema de produção dos pequenos agricultores da região. Com a ocupação das áreas de chapada, os agricultores ficaram restritos às áreas de grota, como eles mesmo dizem, ficaram “*encurralados*”. Sem as terras das chapadas para a solta do gado, agricultores passaram a criá-lo nas áreas de grota, em terrenos mais inclinados e mais erodíveis, o que gerou degradação do solo e a formação de áreas denominadas “*peladores*”. Uma maior pressão populacional nas comunidades rurais, aliada à necessidade de criar gado em terras onde poderia ser realizada agricultura, dificultou a realização do sistema tradicional de cultivo, baseado na alternância de áreas cultivadas com áreas de pousio, já que as terras ficaram mais escassas, o que reduziu o tempo de “descanso” da terra e muitas vezes o extinguiu. Isso contribuiu para o empobrecimento do solo:

“(...) O agricultor familiar, às vezes, precisa de um pedacinho (de terra) pra uma pastagem pra vaca, pra uma coisa e outra. E então você acaba observando as coisas e vendo que o espaço que ele tem é muito pequeno pra ele viver. E acontece o seguinte, então, pra ser sincero, eu acho que a tirada das chapadas das mãos do agricultor familiar, que ele possuía aquilo ali e as pessoas achavam que não tinha utilidade, vendo aquilo lá, eles achavam que não era importante pra eles, e era muito. Era o seguinte, ali eles tinham uma vaca que andava ali, então

eles usavam aquilo ali e eles acabavam que não tinham a necessidade de tanto degradar a área, que era aonde eles moravam... (...) aumentou a degradação, as comunidades foram crescendo, e aumentou muito mais a necessidade deles de ter que degradar a área da comunidade pra poder trabalhar...” (A. R., líder sindical).

Os representantes dos agricultores familiares atingidos pela monocultura reconhecem que há geração de empregos no reflorestamento, mas acreditam que essa geração não é suficiente para encobrir e justificar os prejuízos ambientais e sociais que a atividade trouxe para a região¹⁶.

Os representantes dos trabalhadores das empresas reflorestadoras reclamam dos baixos salários, das condições precárias de trabalho no campo, e apontam, como um agravante nas relações de trabalho no reflorestamento, a terceirização presente nessa atividade. Os funcionários das chamadas “empresas-mãe”, que são as contratantes de empreiteiras para a realização de atividades de campo (preparo da terra, corte, baldeio, carvoejamento, transporte), desfrutam de situação legalizada, além de terem direito a benefícios trabalhistas, como cesta-básica e plano de saúde. Aos trabalhadores das empresas terceirizadas nem sempre são garantidos os mesmos direitos.

Analisando o processo de terceirização da Acesita, Macedo (2002, p. 24) concluiu que “na maioria dos casos os terceirizados custam menos, quer porque seus salários são efetivamente mais baixos do que os prevalentes na Empresa, quer porque desprovidos dos direitos ou benefícios auferidos, por conquista, pelos trabalhadores da Acesita”. E as conquistas de que trata a autora acontecem por meio das reivindicações do sindicato, do qual dificilmente os trabalhadores das terceiras participam, por conta da fragilidade de seu contrato de trabalho.

Os setores ligados a organizações de agricultores familiares são os que realizam críticas mais contundentes à atividade das empresas nas chapadas. Esse posicionamento pode ser observado em todas as regiões do Brasil onde a monocultura de eucalipto se instalou,

como no Norte de Minas, vale do rio Doce mineiro, litoral Norte do Espírito Santo - onde os atingidos foram as comunidades indígenas, Rio Grande do Sul - onde recentemente mulheres agricultoras ocuparam um viveiro de uma empresa reflorestadora, como forma de expressar a indignação desses setores com a ocupação de suas terras por empresas multinacionais. Extrapolando o âmbito nacional, existe um movimento internacional de atingidos pelas monoculturas de árvores, o que mostra a relevância do tema.

4.6 Alguns dados quantitativos

É interessante apresentar, como forma complementar aos relatos dos atores sociais ligados ao reflorestamento na região, dados quantitativos sobre a ocupação das chapadas do Alto Jequitinhonha com o plantio de eucalipto em larga escala.

As pesquisas quantitativas sobre os impactos ambientais dessa ocupação, principalmente em relação aos recursos hídricos e à redução da biodiversidade são ainda incipientes, e não serão aqui abordadas.

Dados relacionados à geração de emprego, renda e concentração de terras podem ser vistos com detalhes no trabalho de Calixto (2002), de onde extraímos alguns itens considerados relevantes para a discussão.

Com relação à geração de emprego e renda, apregoada pelas reflorestadoras e vista com reservas pelas organizações sociais, os dados mostram que o reflorestamento ocupa 23,9% da área rural declarada na MRH e 3,76% da força de trabalho, gerando 15 milhões de reais por ano na região, em salários e impostos; enquanto a agricultura familiar ocupa cerca de 30% da área rural, absorve 87,5% da força de trabalho e movimenta na região cerca de 80 milhões de reais, em produção, programas de transferência de renda e migração sazonal, se mostrando bem mais eficiente nesses aspectos que a silvicultura.

Em 1995 a área ocupada com eucaliptais na MRH totalizava 158.124 hectares e a silvicultura empregava 1.768 trabalhadores permanentes. Eram necessários 89,44 hectares plantados em eucaliptos para criar um emprego permanente, e, dominando 28,11% da área rural, a silvicultura não revelava capacidade para incrementar empregos, pois respondia por apenas 3,78% do total das ocupações. Essa taxa média de ocupação por hectare, aliás, está muito próxima de outras médias regionais: cálculos para o estado de São Paulo apontam que a silvicultura ocupa em média um trabalhador para 100 hectares em nível tecnológico alto, e um trabalhador para 90,91 hectares em níveis tecnológicos médio e baixo (FUNDAÇÃO SEADE,

¹⁶ São muitos os estudos sobre os impactos ambientais causados pela monocultura do eucalipto em todo o mundo; não é objetivo aqui aprofundar nesse aspecto, mas foram consultadas algumas obras para um conhecimento geral da questão ambiental, que talvez seja a mais polêmica entre as diversas dimensões que envolvem o cultivo de eucaliptos, principalmente no tocante aos recursos hídricos. Sobre o assunto ver: Dayrell (1998), Lima (1996), Shiva & Bandyopadhyay (1991) e Silva (1994).

1996); no Sul da Bahia eucaliptais, ainda em fase de expansão, criam uma ocupação para cada 69,30 hectares plantados (KOOPMANS, 2006).

Fato notório é que o reflorestamento foi causador de uma forte concentração de terras na região e a análise do aspecto dominial revela a concentração da propriedade da terra. Os dados da Tabela 1 indicam que, até a década de 1970, havia uma distribuição fundiária razoavelmente eqüitativa, e uma maioria de pequenos estabelecimentos rurais ocupava a maioria da área. No ano 1995, as pequenas unidades rurais familiares, abaixo de 100 hectares, continuaram sendo maioria dos estabelecimentos; mas, nestes 25 anos, a área que ocupavam caiu a menos da metade. Também decresceu a área ocupada por estabelecimentos médios, de 100 a 1.000 hectares. Inversamente, no período, cresceu quase dez vezes a área

ocupada por estabelecimentos maiores que 1.000 hectares; no caso, fundamentalmente empresas reflorestadoras. Mas como os reflorestamentos se fixaram mais em alguns municípios da MRH, seus efeitos fundiários foram desiguais. Municípios com menos de 10% de sua área total reflorestada conservaram uma distribuição semelhante àquela dos anos 1970; resultado diverso ocorreu nos municípios com maiores áreas reflorestadas, onde a concentração foi mais ativa, conforme a Tabela 1.

O efeito concentrador da terra provocado pelo reflorestamento pode ser analisado por meio do Índice de Gini, um indicador universal. A Tabela 2 exhibe as taxas de concentração fundiária entre 1970/1995 para o Brasil, Minas Gerais e a MRH de Capelinha. Até o ano de 1970 a MRH apresentava índice médio de concentração, baixa desigualdade no acesso à terra e hegemonia da pequena

TABELA 1 - Distribuição da terra na MRH de Capelinha, 1970 e 1995, em percentual.

1970						
Grupos de área total (hectares)	MRH		Municípios com mais reflorestamento		Municípios com menos reflorestamento	
	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área
Até 100	97,72	64,95	97,23	61,95	98,62	74,01
101 a 1.000	2,22	29,70	2,72	32,79	1,32	20,64
Mais de 1.000	0,06	5,35	0,05	5,26	0,06	5,35
1995						
Grupos de área total (hectares)	MRH		Municípios com mais reflorestamento		Municípios com menos reflorestamento	
	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área
Até 100	96,31	31,94	95,61	25,26	97,60	65,48
100 a 1.000	3,48	19,88	4,12	18,59	2,32	26,41
Mais de 1.000	0,21	48,18	0,27	56,15	0,08	8,11

Fonte: FIBGE, Censos Agropecuários, 1970 e 1996.

TABELA 2 - Índice de Gini para o Brasil, Minas Gerais e MRH de Capelinha de 1970/1995.

Unidade territorial \ Ano				
	1970	1980	1985	1995
Brasil	0,843	0,857	0,857	0,856
Minas Gerais	0,749	0,766	0,770	0,772
MRH de Capelinha	0,301	0,757	0,734	0,764

Fontes: Gasques & Conceição (1998); FIBGE, Censos; cálculo dos autores.

unidade familiar. O reflorestamento promoveu tal concentração que, a partir dos anos 1980, nivelou aqueles indicadores da MRH com o Brasil e Minas Gerais.¹⁷

Se considerarmos a concentração de terras como fator que vai contra o conceito de desenvolvimento que tem como base a distribuição mais equitativa de recursos, o reflorestamento em larga escala contribuiu de forma negativa para o desenvolvimento da região. Essa tomada de terras pode ser comparada com dois outros processos semelhantes que ocorreram em Minas Gerais e apresentaram desfechos parciais mais favoráveis. No rio Doce, milhares de hectares de terras foram ocupados com eucaliptos, com métodos socialmente discutíveis; mas a integração da produção e seus efeitos derivados criaram número de empregos suficiente para minimizar a questão agrária. No Alto Paranaíba, as terras comuns desapropriadas para culturas intensivas proporcionaram à população rural prejudicada emprego e renda em tal quantidade, perenidade e qualidade, que enterrou a memória da expropriação. A insuficiência de resultados dos eucaliptais do Alto Jequitinhonha tende, concretamente, a alimentar conflitos sociais e fundiários, presentes e, sobretudo, futuros.

É preciso considerar, ainda, que no caso do Alto Jequitinhonha os efeitos econômicos positivos da cadeia produtiva do carvão vegetal são, definitivamente, transferidos para outras regiões: o pólo gaseiro gera renda e empregos na região central de Minas Gerais, a siderurgia integrada transforma o Vale do Aço, a leste, numa das economias regionais mais dinâmicas de Minas Gerais. A incapacidade desses reflorestamentos da MRH para criar ocupações, incrementar renda agrícola e estimular a integração econômica, indica que, certamente, não é a atividade recomendada para estimular o desenvolvimento, nesta ou noutras regiões do mesmo perfil. Essa incapacidade se manifesta de várias formas: na persistência da estagnação da economia da região, na dependência perene das transferências dos programas públicos compensatórios, na permanência das emigrações sazonais, na elevada participação do Fundo de Participação dos Municípios na composição das receitas municipais.

De um outro ponto de vista, ainda associado ao enfoque analítico que o Jequitinhonha costuma receber, esses dados são surpreendentes. Em estudos para o

planejamento, a agricultura familiar tradicional da região costuma ser considerada o retrato mais completo do atraso rural: pouco eficiente, pouco produtiva, mera atividade de subsistência, com pouca influência no dinamismo econômico da região. A sua capacidade de gerar ocupações, mesmo que precárias, a possibilidade de conservar uma população expressiva na sua cultura solidamente enraizada na terra própria, devem servir como alerta contra as ilusões cultivadas sobre integração produtiva e privatização dos recursos naturais e pela crença que os grandes empreendimentos são necessariamente inovadores e têm capacidade de acrescentar diferenciais qualitativos ao perfil do desenvolvimento regional. Nesse caso, conservar – por exemplo as chapadas indivisas – se revelaria uma solução melhor que inovar. Privatizá-las, concretamente, significou patrimonializar empresas que receberam cerrados estimados em US\$ 38,00/hectare em 1975 que valem US\$ 1.000, em 2005.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora seja possível perceber divergências entre os posicionamentos dos diversos atores entrevistados, a relação entre empresas reflorestadoras e a sociedade local tem mudado ao longo desses trinta anos. A forma autoritária como as firmas se instalaram na década de 1970 – amparadas pelo Estado – tem dado lugar a uma busca por canais de diálogo, numa procura constante de evitar conflitos com a comunidade de entorno. Por outro lado, a população atingida pelo reflorestamento também tem cobrado ações efetivas das empresas, principalmente no sentido de minimizar os impactos negativos de suas atividades.

A relação das empresas com o poder público local, de acordo com os entrevistados, não apresenta problemas, “a empresa ajuda sempre que precisamos”. É uma relação de camaradagem, na qual a empresa auxilia as ações das prefeituras com a doação de horas de máquina, moirões, infra-estrutura. E o poder público aceita de bom grado, já que vê as reflorestadoras como o motor da economia de seu município e, como são geralmente municípios com pequena arrecadação tributária, essas ajudas caem como luva.

Os conflitos ocorrem entre as empresas e algumas organizações da sociedade civil, especialmente as que representam os agricultores familiares da região atingidos pela monocultura, como os sindicatos de trabalhadores rurais. Por sentirem diretamente os impactos causados pelas atividades de reflorestamento, os agricultores familiares vêem com reserva as ações das empresas, que eles viram destruir a biodiversidade da região e agora afirmam ser “empresa que respeita a natureza”. As próprias empresas lidam com essas organizações com bastante cautela, já que

¹⁷ Os graus de concentração do Índice de Gini são: nula (0,000 a 0,100); fraca (0,101 a 0,250); média (0,251 a 0,500); forte (0,501 a 0,700); muito forte (0,701 a 0,900); absoluta (0,901 a 1,000) (LINHARES & SILVA, 1999).

reconhecem nelas o outro lado de um “cabo de guerra”, de um conflito de interesses.

As pressões da sociedade local, principalmente no tocante aos prejuízos ambientais causados pelas reflorestadoras, aliadas à busca por certificação florestal, fizeram com que as empresas iniciassem atividades de mitigação de seus impactos ambientais, como a construção de bacias de contenção em suas estradas, criação de áreas de reserva natural, proteção de nascentes, e criassem programas específicos para a ação ambiental.

Questões ambientais e sociais permeiam, todo o tempo, a fala de qualquer um que relata o reflorestamento na região, independente do setor que representa. Sempre balizadas pela geração de emprego, que é, de longe, apresentada como o maior benefício do reflorestamento na região, mas que os números mostram ser bem tímido se comparado à agricultura familiar.

Os posicionamentos a respeito do eucalipto no Alto Jequitinhonha são vários. O argumento construído pelo regime militar, de que a única vocação para essas terras seria o reflorestamento, ainda está presente nos discursos das empresas e de boa parte dos representantes do poder público. Os representantes das populações rurais questionam essa vocação, argumentam que a geração de empregos, baixa em relação à área ocupada, não justifica os passivos ambientais e sociais que essa ocupação causou, questionando a todo o momento a eficácia desse modelo de crescimento – baseado em grandes projetos – para o desenvolvimento socioeconômico da região.

O desempenho tímido da silvicultura em termos de ocupação de terra e pessoal revela que privatização de recursos, concentração de capitais e intensificação produtiva ampliaram as dificuldades econômicas e sociais da região. Os recursos públicos investidos nos anos 1960/1980 geraram poucos e mal-pagos empregos – a média salarial das reflorestadoras é de 1,8 salários mínimos mensais –, e embora a silvicultura tenha contribuído para aumentar o número de empregados permanentes, esse aumento foi pouco relevante. Mas, os eucaliptais contribuíram para integrar a região ao padrão nacional de questão agrária, pela concentração dos recursos, dos patrimônios e da terra.

Essa é, exatamente, a questão mais explosiva de todas, porque os reflorestamentos se estabeleceram em terras que nunca foram socialmente reconhecidas como suas de direito: a tomada das chapadas comuns dos lavradores permanece sendo, na maior parte das comunidades, uma chaga aberta, uma terra que os lavradores sentem ter sido expropriada do seu patrimônio.

De qualquer forma, o reflorestamento é uma realidade no Alto Jequitinhonha. Realidade que não conseguiu sanar os problemas econômicos da região, agudizou problemas ambientais e gerou conflitos sociais visíveis, demonstrados pelos relatos apresentados. Como conclusão, este artigo sugere uma análise profunda por parte dos órgãos governamentais responsáveis pelas políticas públicas para a região desse tipo de política de desenvolvimento; que sejam pensadas alternativas à monocultura de eucalipto, e também de recuo de parte dessas áreas para que as comunidades rurais locais explorem os recursos naturais do Cerrado de maneira agroextrativista, o que vem acontecendo com sucesso no Norte de Minas, região também intensamente ocupada por esse cultivo. Para tanto, é necessária uma ação mais pró-ativa do poder público, através de políticas participativas, construídas a partir da percepção de desenvolvimento que a população local tem e deseja para si.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. Apresentação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ANGULO, J. L. G. **Mercado local, produção familiar e desenvolvimento: estudo de caso da feira de Turmalina, Vale do Jequitinhonha, MG**. 2002. 138 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2002.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. **Ação civil pública**. Brasília, DF, 2002a.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório da ação fiscal realizada em propriedades rurais de reflorestamento de eucalipto e carvoejamento nos municípios de Turmalina e José Gonçalves de Minas (antigo distrito de Berilo): período de 11 a 15/03/2002**. Belo Horizonte, 2002b. Mimeografado.

CALIXTO, J. S. **Botica da natureza: conhecimento, uso e regulação de recursos vegetais para a saúde em comunidades rurais do alto Jequitinhonha**. 2002. 36 p. Monografia (Graduação Engenharia Florestal) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2002.

COMPANHIA AGRÍCOLA E FLORESTAL SANTA BÁRBARA. **Do vale da miséria ao vale da redenção**: prêmio ECO- 96 (AMCHAM Brasil): prêmio categoria participação comunitária, 1995. Santa Bárbara, 1995. Folheto.

DAYRELL, C. A. **Gerazeiros e biodiversidade no norte de Minas**: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais. 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidade Internacional de Andalucia, Sede Ibero Americana, La Rábida, 1998.

FREIRE, A. G. **Águas do Jequitinhonha**. 2001. 109 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2001.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Força de trabalho na agricultura paulista**. São Paulo, 1996.

GALIZONI, F. M. **A terra construída**: família, trabalho, ambiente e migrações no alto Jequitinhonha, Minas Gerais. São Paulo: USP/FFLCH, 2000. 98 p.

GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. A demanda de terra para a reforma agrária no Brasil. In: SEMINÁRIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 1998, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: UFCE, 1998.

GRAZIANO, E. **A arte de viver na terra**: as condições de reprodução camponesa no vale do Jequitinhonha. 1986. 294 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí, 1986.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. **Projeto de distritos florestais para Minas Gerais**. Belo Horizonte, 1975.

KOOPMANS, J. Além do eucalipto: o papel do extremo sul. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 222, p. 61-78, 2006.

LIMA, W. de P. **Impacto ambiental do eucalipto**. São Paulo: USP, 1996.

LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. T. da. **Terra prometida**: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MACEDO, C. V. de. A descentralização da produção e a terceirização do trabalho: tendências gerais e evidências da Companhia Aços Especiais Itabira- ACESITA S. A. In:

SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002, Diamantina. **Anais...** Diamantina: Cedeplar, 2002. CD-ROM.

MENDES, V. **Secas e S'águas**: uma avaliação sobre a dinâmica da água no Alto Jequitinhonha. 2006. 57 p. Monografia (Graduação Engenharia Agrícola) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2006.

MOURA, M. M. **Os deserdados da terra**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988.

NORONHA, A. G. B. **O tempo de ser, fazer e viver**: o modo de vida de populações rurais tradicionais do Alto Jequitinhonha. 2003. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2003.

REIS, T. A. **Levantamento etnobotânico numa comunidade do alto Jequitinhonha**. 2000. 34 p. Monografia (Graduação Engenharia Florestal) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2000.

RIBEIRO, A. E. M. (Coord.). **Produção agrícola, extrativismo, processamento e canal de comercialização para a agricultura familiar do alto Jequitinhonha, Minas Gerais**. Lavras: UFLA, 2003. Relatório de pesquisa. CNPq, Projeto 520792/01-7. Mimeografado.

RIBEIRO, E. M. et al. Uso e gestão dos recursos comuns no Alto Jequitinhonha. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41., 2003, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: SOBER, 2003. CD-ROM.

SHIVA, V.; BANDYOPADHAY, J. **Inventário ecológico sobre o cultivo do eucalipto**. Belo Horizonte: CPT, 1991.

SILVA, E. **Avaliação qualitativa de impactos ambientais do reflorestamento no Brasil**. 1994. Tese (Doutorado em Ciência Florestal) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1994.

SILVA, M. A. M. Fome: a marca de uma história. In: GALEAZZI (Org.). **Segurança alimentar e cidadania**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

